



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES  
GABINETE DO PREFEITO**

**OFÍCIO N.º 378/2023/GP**

Luiz Alves/SC, 27 de outubro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Perci Bompani  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Luiz Alves/SC

**Assunto: Encaminha Projeto de Lei n.º \_\_\_\_/2023.**

Excelentíssimo Presidente,

Encaminho o Projeto de Lei n.º \_\_\_\_/2023, que “*Dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação e refeição aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e dá outras providências.*”, a fim de que este seja apreciado e votado por essa Egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI N.º /2023**

*Dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação e refeição aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o auxílio alimentação e refeição aos Servidores Públicos Municipais, detentores de cargos de provimento efetivo, comissionados, agentes políticos e aos que exercem funções temporárias, conforme o estipulado por esta Lei.

**Art. 2º** O valor do auxílio alimentação e refeição será de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, e será concedido proporcionalmente à carga horária laboral, sendo:

I - 100% do benefício para os servidores que laboram 40/44 horas semanais.

II - 75% do benefício para os servidores que laboram 30/35 horas semanais.

III - 50% do benefício para os servidores que laboram 20 horas semanais.

IV - 25% do benefício para os servidores que laboram 10 horas semanais.

§ 1º os servidores que são contratados com carga horária de 12x36 farão jus ao auxílio alimentação e refeição no importe de 100% do benefício.

§ 2º os empregos públicos regidos pela Lei Complementar Municipal n.º 25/2019 farão jus ao auxílio alimentação e refeição no importe de 50% do benefício.

**Art. 3º** O auxílio alimentação e refeição de que trata a presente Lei:

I - é de caráter/natureza indenizatório;

II - não integrará o vencimento, remuneração ou salário, nem se incorporará a estes para quaisquer efeitos;

III - não está sujeito às incidências de quaisquer contribuições;

IV - não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber;

V - será pago via cartão magnético, gerenciado pela empresa vencedora de processo licitatório.

**Art. 4º** Ficam excluídos do recebimento do auxílio alimentação e refeição os servidores que se encontrarem nas seguintes situações:



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES  
GABINETE DO PREFEITO**

- I - ocupantes de cargo de Prefeito, Vice-Prefeito e estagiários;
- II - em gozo de benefício previdenciário, ou outro benefício que estiver afastado do trabalho, recebendo proporcionalmente os dias efetivamente trabalhados;
- III - em gozo de licença prêmio, ou outras licenças, remuneradas ou não;
- IV - faltado injustificadamente, ainda que apenas uma vez dentro do período de contabilização para recebimento do auxílio alimentação e refeição;
- V - pessoal inativo e pensionista;
- VI – afastado do cargo para cumprimento de penalidade de suspensão;
- VII – em gozo de férias;
- VIII – quando do afastamento para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;
- IX – quando do afastamento para prestar serviço militar;
- X – quando do afastamento decorrente de casamento;

§ 1º Em casos que o servidor esteja afastado por atestado médico, este receberá proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados no período de contabilização;

§ 2º O inciso III não se aplica aos servidores que estiverem ausentes em decorrência de afastamento por motivo de luto (licença nojo/licença luto).

§ 3º Será devido o auxílio alimentação e refeição aos conselheiros tutelares regidos pela Lei Complementar Municipal nº 20/2019, desde que cumprirem aos requisitos.

§ 4º Havendo a necessidade de ajustes quanto a valores que porventura os servidores tenham direito a receber ou descontos a efetuar, identificados após o lançamento do auxílio alimentação e refeição, estes serão efetuados no mês imediatamente subsequente.

§ 5º Nos casos em que o afastamento do serviço motivados pelos incisos II, III, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 4º sejam menores que o prazo utilizado para concessão do auxílio alimentação e refeição, estes deverão ser descontados proporcionalmente.

§ 6º Em caso de falta com declaração de acompanhamento de familiar a consulta médica, este receberá proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados no período de contabilização.

§ 7º Em caso de falta com declaração de acompanhamento de filho de até 6 (seis) anos a consulta médica conforme artigo 473, inciso XI da CLT, o servidor receberá o valor integral do auxílio alimentação e refeição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES  
GABINETE DO PREFEITO**

§ 8º Em caso de falta em decorrência de convocação para o tribunal do júri e convocação para trabalhar nas eleições, desde que comprovado por meio de declaração dos respectivos órgãos o comparecimento, o servidor receberá o valor integral do auxílio alimentação e refeição.

§ 9º Em caso de falta com declaração de doação de sangue ou medula óssea, o servidor receberá o valor integral do auxílio alimentação e refeição.

**Art. 5º** Nos casos de servidor com mais de uma matrícula, o pagamento será realizado de forma proporcional a cada matrícula com referência as horas semanais, conforme exposto no artigo 2º desta Lei.

**Art. 6º** Nos casos em que o servidor realize horas extras e ultrapasse a carga horária estipulada ao seu cargo, este não poderá receber o auxílio alimentação e refeição a maior, tendo como referência para recebimento a quantidade de horas exigidas para o cargo.

**Art. 7º** O valor a ser pago a título de auxílio alimentação e refeição será reajusto pelo índice IPCA, a cada 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de dezembro.

**Art. 8º** O auxílio alimentação e refeição será devido apenas a partir da sua regulamentação por Decreto Municipal e implementação mediante a contratação pelo poder público, independentemente do início da vigência da presente Lei.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução, desta lei, correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 27 de outubro de 2023.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES  
GABINETE DO PREFEITO**

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei n.º \_\_\_\_/2023, que “*Dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação e refeição aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e dá outras providências.*”.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo a concessão do auxílio alimentação e refeição aos servidores públicos municipais do Poder Executivo do Município de Luiz Alves. Desde o início desta gestão buscamos proporcionar aos servidores uma melhor qualidade de vida, com melhorias no trabalho e melhores oportunidades, visto que os serviços prestados por todos os servidores são de suma importância para o bom funcionamento da gestão pública.

Dessa forma, o pagamento do auxílio alimentação e refeição além de demonstrar valorização do quadro de pessoal do Município, se traduz como um estímulo aos servidores, visto que se configura no aumento de sua renda, o que para a grande maioria é muito significativo e de necessidade indiscutível.

É importante ressaltar que o benefício é ainda uma motivação à assiduidade dos servidores, visto que esta é uma condicionante para sua concessão, diminuindo assim as faltas e estimulando ainda a correta anotação quanto aos registros pontos, o que se traduz em grande benefício para a Administração.

É importante ressaltar que o auxílio alimentação e refeição não será incorporado a qualquer título ao salário, vencimento ou remuneração do servidor beneficiado, bem como não servirá de base para previdência e imposto de renda.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista a relevância da matéria e o interesse municipal.

Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 27 de outubro de 2023.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal